

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4" e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2015.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela CVM.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional da sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de

clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimento--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado

período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2014, R\$0,3106 (R\$0,3592 em 31 de dezembro de 2013) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2014. Esses novos procedimentos não geraram efeitos nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 05 do CPC	As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.
Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 05 do CPC	As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.
Entidades de Investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 04 do CPC	As alterações às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 introduzem o conceito de “Entidade de Investimento” nas IFRSs. As alterações estabelecem ainda uma exceção ao princípio geral de consolidação para Entidades de Investimento conforme a norma IFRS 10, introduzindo o requerimento de mensuração ao valor justo através do resultado de determinadas subsidiárias, em substituição à consolidação. Adicionalmente, as alterações determinam as divulgações requeridas para as entidades que atendem à definição de Entidade de Investimento.
Interpretação IFRIC 21 – Taxas e ICPC 19	Fornece orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.
Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas — alterações à IAS 27 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (Deliberação CVM nº 733/14)	Alterações à norma IAS 27 que permitem que as “entidades contabilizem os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas”. Espera-se que as alterações auxiliem algumas jurisdições a convergir suas demonstrações financeiras separadas às IFRSs, reduzindo os custos regulatórios, sem redução nas informações disponíveis aos investidores.

NormaPrincipais exigências

Iniciativa de Divulgação – alterações à IAS 1 e OCPC 07 (Deliberação CVM nº 727/14)

Alterações à norma IAS 1 incluem esclarecimentos sobre (1) materialidade, com relação às demonstrações financeiras, notas explicativas e aos requerimentos de divulgação; (2) agregação ou desagregação de itens nas demonstrações financeiras; (3) apresentação de outros resultados abrangentes de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; e (4) flexibilidade na estrutura das notas explicativas e orientações com relação a ordem sistemática das notas.

b) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2014. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

NormaPrincipais exigênciasData de entrada em vigor

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)

IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.

Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012 (*)

Alterações em diversas normas.

Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013 (*)

Alterações em diversas normas.

Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.

Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)

Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.

Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)

A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitidas em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 do CPC (Deliberação CVM nº 728/14) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2015.

Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações financeiras consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
--	---	--

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos bancários	5.716	12.066	5.757	12.077
Depósitos no exterior	-	-	12	14
Cambiais a liquidar	1.969	766	1.969	766
	-----	-----	-----	-----
	7.685	12.832	7.738	12.857
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Cientes no mercado interno	105.394	91.656
Cientes no mercado externo	14.338	11.601
	-----	-----
	119.732	103.257
Provisão para devedores duvidosos	(11.729)	(11.243)
	-----	-----
	108.003	92.014
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 86 dias (79 dias em 31 de dezembro de 2013). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(11.243)	(10.984)
Adições	(538)	(316)
Baixas	52	57
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(11.729)	(11.243)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2014 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber. A composição das duplicatas a receber consolidadas por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
A vencer	98.979	79.929
Vencidas até 30 dias	5.240	6.579
Vencidas de 31 a 60 dias	1.189	2.002
Vencidas de 61 a 90 dias	308	217
Vencidas de 91 a 180 dias	663	622
Vencidas de 181 a 360 dias	1.142	223
Vencidas acima de 360 dias	12.211	13.685
	-----	-----
	119.732	103.257
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Matérias-primas e secundários	28.478	34.123
Produtos em elaboração	25.062	15.338
Produtos acabados	25.340	18.669
Peças de reposição	22.217	19.627
	-----	-----
	101.097	87.757
	=====	=====

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Consolidado	
	2014	2013
Notas promissórias a receber (1)	11.606	15.835
Crédito por alienação de ativo imobilizado (2)	15.889	-
Adiantamentos a funcionários	991	957
Outros	1.374	2.694
	-----	-----
	29.860	19.486
Parcelas de curto prazo	(8.262)	(9.286)
	-----	-----
Parcelas de longo prazo	21.598	10.200
	=====	=====

(1) Referem-se a 36 notas promissórias iguais no valor de R\$290 vencíveis a partir de junho de 2014. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

(2) Crédito decorrente de venda de imobilizado, equivalente ao empréstimo Finame de mesmo valor que está em processo de transferência do devedor. Vide nota explicativa nº10.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Equivalência patrimonial	
				2014	2013	2014	2013
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5.551	100	899	5.551	4.652	899	10.453
Santanense Argentina S.A.	(37)	100	(35)	(37)	8	(35)	(44)
				-----	-----	-----	-----
				5.514	4.660	864	10.409
				=====	=====	=====	=====

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440
Edifícios	2,4	52.838	(24.860)	27.978	27.059
Instalações	5,0	51.168	(33.510)	17.658	10.338
Equipamentos	6,3	176.613	(125.764)	50.849	58.035
Usina (CTS)	3,4	15.871	(7.938)	7.933	8.004
Móveis e utensílios	9,3	2.611	(1.754)	857	727
Veículos	20,0	1.235	(516)	719	18.664
Computadores e periféricos	20,0	5.457	(4.842)	615	495
Obras em andamento	-	49.414	-	49.414	46.170
Outros	-	507	-	507	371
		-----	-----	-----	-----
		357.154	(199.184)	157.970	171.303
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: "tecidos planos".

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2013	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2014
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	50.763	-	-	2.075	-	52.838
Instalações	42.470	28	(67)	8.737	-	51.168
Equipamentos	183.244	2.030	(25.424)	16.763	-	176.613
Usina (CTS)	15.462	406	-	3	-	15.871
Móveis e utensílios	2.353	235	(4)	28	(1)	2.611
Veículos	20.527	-	(19.288)	-	(4)	1.235
Computadores e periféricos	5.146	198	(7)	121	(1)	5.457
Obras em andamento	46.170	31.155	(33)	(27.878)	-	49.414
Outros	371	-	(15)	151	-	507
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	367.946	34.052	(44.838)	-	(6)	357.154
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	2014
Edifícios	(23.704)	(1.156)	-	-	(24.860)
Instalações	(32.132)	(1.437)	59	-	(33.510)
Equipamentos	(125.209)	(8.238)	7.683	-	(125.764)
Usina (CTS)	(7.458)	(480)	-	-	(7.938)
Móveis e utensílios	(1.626)	(130)	2	-	(1.754)
Veículos	(1.863)	(2.421)	3.764	4	(516)
Computadores e periféricos	(4.651)	(199)	7	1	(4.842)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(196.643)	(14.061)	11.515	5	(199.184)
	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores no mercado interno	9.517	13.966	9.521	13.969
Fornecedores no mercado externo	92	402	156	410
Partes relacionadas	7.879	723	7.879	723
	-----	-----	-----	-----
	17.488	15.091	17.556	15.102
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 19 dias (18 dias em 31 de dezembro 2013).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2014	2013
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	US\$	2,3	2015	22.052	10.097
				-----	-----
				22.052	10.097
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2015	20.000	17.800
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	124,0 do CDI	2015	14.512	13.719
Banco do Brasil – Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	5.457	4.570
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2019	701	842
Banco Santander – Finame(*)	R\$	3,5	2023	15.889	16.564
Banco Votorantim – Finame	R\$	3,5	2019	2.693	-
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	6.827	17.064
Banco Bradesco – CCB	R\$	124,5 do CDI	2015	15.045	-
Banco Santander – CCB	R\$	123,5 do CDI	2016	7.593	-
Banco Santander – NCE	R\$	TJLP + 3,0	2017	14.604	14.604
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	-	1.909
				-----	-----
				103.321	87.072
				-----	-----
Total				125.373	97.169
Circulante				(87.093)	(55.571)
				-----	-----
Não circulante				38.280	41.598
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$78.581 (R\$65.096 em 31 de dezembro de 2013).

(*) Empréstimo no valor de R\$15.889 em processo de transferência para terceiros juntamente com o ativo imobilizado que lhe deu origem, alienado em dezembro de 2014. Vide nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2015	2016	2017	2018 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	22.052	-	-	-	22.052
	-----	-----	-----	-----	-----
	22.052	-	-	-	22.052
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	20.000	-	-	-	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	14.512	-	-	-	14.512
Banco do Brasil – Finame	777	789	789	3.102	5.457
Banco Bradesco – Finame	141	140	140	280	701
Banco Santander – Finame	1.833	1.833	1.833	10.390	15.889
Banco Votorantim – Finame	686	651	651	705	2.693
Banco do Brasil – BNDES Progerem	6.827	-	-	-	6.827
Banco Bradesco – CCB	15.045	-	-	-	15.045
Banco Santander – CCB	5.116	2.477	-	-	7.593
Banco Santander - NCE	104	-	14.500	-	14.604
	-----	-----	-----	-----	-----
	65.041	5.890	17.913	14.477	103.321
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	87.093	5.890	17.913	14.477	125.373
	=====	=====	=====	=====	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2014.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital social de R\$125.000 para R\$150.000, mediante a capitalização de R\$25.000, da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	959	35.381
Reserva legal	(48)	(1.769)
Reserva de isenção de imposto de renda	-	(1.452)
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	911	32.160
Dividendos propostos	228	8.040
Dividendos intermediários pagos no exercício	-	(2.365)
Saldo de exercícios anteriores	298	288
	-----	-----
Saldo de dividendos a pagar	526	5.963
	=====	=====

Em 2014, os dividendos propostos totalizam R\$228, equivalentes à R\$0,005776 por ação ordinária e R\$0,006354 por ação preferencial e preferencial classe "D" em circulação.

Em 2013, os dividendos propostos totalizaram R\$8.040, equivalentes à R\$0,2039 por ação ordinária e R\$0,2243 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2014, foram aprovados dividendos no valor de R\$9.648 por conta de lucros do exercício, que deduzido o pagamento de R\$2.365 realizados em 06 de dezembro de 2013, remanesceu um saldo líquido de R\$7.283, correspondendo a R\$0,1847 por ação ordinária e R\$0,2032 por ação preferencial e preferencial classe D, que foram disponibilizados a todos os acionistas com posição na data da assembleia em 02 de junho de 2014.

	2013	
	Aprovado	Proposto
Dividendos propostos 2013 e aprovados em 30 de abril de 2014	9.648	8.040
Dividendos intermediários pagos no exercício de 2013	(2.365)	(2.365)
Dividendos pagos no exercício de 2014	(7.283)	-
Saldo de dividendos a pagar incluindo exercícios anteriores	298	288
	-----	-----
Saldo de dividendos aprovados até o exercício de 2013 a pagar	298	5.963
	=====	=====

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	A receber		A pagar	
	2014	2013	2014	2013
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	-	1.392	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	2.644	938
Coteminas S.A.	-	-	11	-
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	3.491	-
	-----	-----	-----	-----
Total controladora	-	1.392	6.146	938
	=====	=====	=====	=====

	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	2014	2013	2014	2013
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	-	1.392	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	2.644	938
Coteminas S.A.	-	-	11	-
	-----	-----	-----	-----
Total consolidado	-	1.392	2.655	938
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	2014	2013
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	(494)	1.128
Oxford Com. e Partic. S.A.	(266)	(115)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	34	-
Coteminas S.A.	53	-
	-----	-----
Total	(673)	1.013
	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (108% a 117% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS. Em 2014, esse valor representa R\$7 (R\$52 no mesmo período de 2013).

Em 2014, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$48.807 (R\$30.034 em 2013). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes dos impostos	513	45.907	596	46.308
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(864)	(10.409)	-	-
Outras, líquidas	88	665	85	669
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(263)	36.163	681	46.977
Imposto de renda e contribuição social	89	(12.295)	(232)	(12.682)
Incentivo fiscal - SUDENE	-	1.452	-	1.452
Outras deduções	357	317	274	317
Créditos fiscais não constituídos	-	-	321	(14)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	446	(10.526)	363	(10.927)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	342	(9.475)	259	(9.876)
Impostos sobre o lucro diferido	104	(1.051)	104	(1.051)
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 2013	Reconhe- cidos no resultado	Saldos em 2014
Ativo:			
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:			
Provisões diversas	5.866	(1.614)	4.252
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	1.718	1.718
	-----	-----	-----
Ativo não circulante	5.866	104	5.970
	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	2014
2015	3.297
A partir de 2016	2.673

	5.970
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS(*)	14.374	9.703	14.374	9.703
PIS e COFINS a recuperar	683	874	683	874
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	115	115
Antecipação de impostos	2.010	245	2.171	245
Outros	352	804	352	986
	-----	-----	-----	-----
	17.419	11.626	17.695	11.923
Circulante	(3.210)	(2.719)	(3.486)	(3.016)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	14.209	8.907	14.209	8.907
	=====	=====	=====	=====

(*) A parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano é classificada no ativo não circulante.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial – PAES, em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003. O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais.

A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais, para pagamento em 36 parcelas mensais. A composição dos impostos parcelados é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
PIS e COFINS	228	254
ICMS - Exportação	2.956	5.032
	-----	-----
Total	3.184	5.286
Circulante	(2.146)	(2.135)
	-----	-----
Não circulante	1.038	3.151
	=====	=====

15. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$4.955 e R\$448 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2014	2013
Processos fiscais:		
INSS	1.833	1.754
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	791	1.055
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	9	765
IPTU	240	-
Trabalhistas	1.292	896
Cíveis e outras	137	137
	-----	-----
	8.638	8.943
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.427	8.849
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

ICMS--A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2013	Adições	Baixas	Saldos em 2014
Processos fiscais:				
INSS	1.754	79	-	1.833
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	1.055	-	(264)	791
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	765	-	(756)	9
IPTU	-	240	-	240
Trabalhistas	896	486	(90)	1.292
Cíveis e outras	137	-	-	137
	-----	-----	-----	-----
	8.943	805	(1.110)	8.638
	=====	=====	=====	=====

16. OUTRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado na alienação de imóveis destinados à venda	-	805	944	11.761
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(1.303)	-	(1.303)	-
Resultado na recuperação de impostos	5.331	-	5.331	-
Outros	(3)	1.262	(3)	1.263
	-----	-----	-----	-----
	4.025	2.067	4.969	13.024
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	7.685	7.685	12.832	12.832	7.738	7.738	12.857	12.857
Duplicatas a receber	108.003	108.003	92.014	92.014	108.003	108.003	92.014	92.014
Outros créditos a receber	8.258	8.258	6.085	6.085	8.262	8.262	9.286	9.286
NÃO CIRCULANTE:								
Partes relacionadas	-	-	1.392	1.392	-	-	1.392	1.392
Outros créditos a receber	21.471	21.471	10.189	10.189	21.598	21.598	10.200	10.200
PASSIVOS--								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	87.093	87.093	55.571	55.571	87.093	87.093	55.571	55.571
Fornecedores	17.488	17.488	15.091	15.091	17.556	17.556	15.102	15.102
Outras contas a pagar	2.898	2.898	2.029	2.029	2.898	2.898	2.029	2.029
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (*)	38.280	38.280	41.598	41.598	38.280	38.280	41.598	41.598
Partes relacionadas	6.146	6.146	938	938	2.655	2.655	938	938

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	1.969	766
Duplicatas a receber	14.338	11.601
Fornecedores	(92)	(402)
Empréstimos e financiamentos	(22.052)	(10.097)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	5.837	1.868
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(2.197)	798
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do Dólar	(2.197)	(1.684)	(3.565)	(5.445)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 10 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2014		
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2015	15.000	162	(117)	15.045
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	7.500	202	(109)	7.593
Contrato de Conta Garantida -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: setembro/2015	14.512	-	-	14.512
Contrato de Conta Garantida -- Juros: 118,7% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2015	20.000	-	-	20.000
	57.012	364	(226)	57.150
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do CDI	55.184	3.159	4.436	5.372
2016	Alta do CDI	2.598	115	168	204
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	131.872	91.042	26.116	6.409	8.305
Fornecedores	17.556	17.556	-	-	-
Partes relacionadas	2.655	-	2.655	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	152.083	108.598	28.771	6.409	8.305
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	125.373	97.169
Caixa e equivalentes de caixa	(7.738)	(12.857)
	-----	-----
Total da dívida líquida	117.635	84.312
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	271.591	272.420
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	389.226	356.732
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	Consolidado	
	2014	2013
Vendas líquidas:		
Brasil	376.353	354.929
Outros países	30.081	30.216
	-----	-----
	406.434	385.145
	=====	=====

19. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2014	2013
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(319.377)	(274.197)
Benefícios a empregados	(74.094)	(65.144)
INSS	(4.177)	(3.678)
Depreciação e amortização	(14.061)	(12.512)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	11.672	5.957
Outros custos e despesas	(486)	(259)
	-----	-----
	(400.523)	(349.833)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	(339.453)	(294.676)
Vendas	(35.836)	(32.807)
Gerais e administrativas	(22.959)	(20.030)
Honorários da administração	(2.275)	(2.320)
	-----	-----
	(400.523)	(349.833)
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	505.666	479.958
Deduções das vendas	(99.232)	(94.813)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	406.434	385.145
	=====	=====

21. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	959	35.381
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	925	34.139
Ações preferenciais	34	1.242
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,0243	0,8974
Ações preferenciais – R\$	0,0268	0,9872
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

* * * * *